

CNBB: o povo não está confiando

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, na Comissão Mista do Congresso encarregada de estudar a emenda da Constituinte, que o povo não confia no processo que está sendo levado à frente, "pois não se sente cooptado para que amanhã possa dizer: essa é a nossa Constituição, e como ela nos sentimos representados".

Segundo dom Luciano, nos debates que a Igreja tem feito sobre o tema (na Catedral da Sé, em São Paulo, há discussões diárias, com a presença média de três mil pessoas), o povo tem-se perguntado: "O que é que esta Constituinte vai representar para nós? No que é que ela vai mudar a nossa vida?".

O povo não acredita que sua vida seja mudada a partir de uma Constituinte feita pelos próprios parlamentares, como propõe a emenda presidencial, porque, de acordo com o bispo, os partidos e o Congresso estão desacreditados, e o povo corre o risco de assistir mais uma vez a um pacto de elite, em que suas aspirações não são representadas.

E o que quer o povo? Segundo dom Luciano, que o tem ouvido mais de perto, "quer direitos iguais, quer garantias respeitadas, quer o exercício pleno da liberdade", que se traduzem por igualdade entre homens e mulheres, pelo direito ao trabalho e a um salário digno, pelo acesso à terra, à moradia, à saúde e à educação, pela defesa contra a tortura de presos comuns, pelo garantia à liberdade de associação, de

greve e do uso dos meios de comunicação.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

"E na decantação dessas expectativas que está a famosa participação popular — advertiu d. Luciano — e qualquer convocação meramente parlamentar da Constituinte estará perdendo credibilidade, pois esvazia uma das mais belas lutas do povo brasileiro: a de poder escolher homens que possam realmente representá-lo".

Rebatendo argumentos do deputado Gorgônio Neto de que a Constituinte dever ser feita pelos parlamentares, para que eles próprios garantam a sua continuidade, dom Luciano disse que "é maior o valor de se salvar a credibilidade da Constituição do que o de resguardar a sua continuidade". E explicou:

Cabe ao povo eleger uma Assembleia Nacional Constituinte capaz de responder aos seus anseios. E cabe ao Congresso resgatar a sua credibilidade perante o povo, com o respeito dos novos parlamentares à Constituição.

Ele defendeu a aceleração do processo de discussão da Constituinte junto ao povo e a sua convocação antes das eleições de novembro de 86, afirmando que se o Governo quiser isso é possível, como foi possível adiantar as eleições municipais. "O sistema de representação só é válido quando se tem abertos os canais de participação. E o povo deseja oxigênio para construir seus destinos e a sua história", avisou.